

Os contextos da comunicação num mundo em mudança: a Internet, as oportunidades de participação e o jornalismo regional¹

The contexts of communication in a changing world: Internet, opportunities for participation and regional journalism

João Carlos Sousa²
Ricardo Morais²

RESUMO

O presente trabalho analisa a hipótese de a Internet funcionar enquanto plataforma capaz de diversificar e potenciar as possibilidades de uma revitalização da participação cívica neste mesmo domínio. Neste sentido, questiona-se em que medida as versões *online* dos jornais são de acesso e participação mais democráticos relativamente às versões em papel. Desenvolve-se então um estudo comparativo das oportunidades de participação disponibilizadas por um conjunto de sites de jornais regionais: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”. Um dos pontos de chegada da presente análise passa por constatar que estes são de acesso mais democrático, porém ainda têm pouca visibilidade e consequente participação.

Palavras-chave: novas tecnologias, participação cívica, imprensa regional.

ABSTRACT

This work analyzes the hypothesis of Internet work as a platform capable of diversify and enhance the chances of a revitalization of civic participation. In this sense, we wonder to what extent the online versions of newspapers are of more democratic access and participation in relation to the paper versions. Then we develop a comparative study of participation opportunities provided by a set of sites of regional newspapers: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” and “O Algarve”. One of the points of arrival of this analysis is to note that these are of more democratic access, but still have low visibility and consequent participation.

Key words: new technologies, civic participation, regional press.

¹ Texto apresentado na Second International Conference on Media and Communication (ICMC) na School of Humanities & Communication Studies, na San Pablo CEU University em Madrid, entre 16 e 18 de Junho 2011.

² Universidade da Beira Interior. Rua Marquês d’Ávila e Bolama, 6200-001, Covilhã, Castelo Branco, Portugal. E-mail: joao.sousa@labcom.ubi.pt; ricardo.morais@labcom.ubi.pt

Contributos para uma redefinição da participação cívica e cidadã

O processo histórico, comumente designado por modernização, tem sobretudo como “pano de fundo” uma forte componente de desenvolvimento, o qual é sustentado pela premissa racionalizadora dos mais diversos domínios que compõem um sistema social. O processo de racionalização desenvolveu-se efetivamente, embora não tenha dado origem, em última análise, a uma completa submissão a essa, por parte da atividade e prática social, quando foi precisamente isso que tinha sido perspectivado, muito particularmente por Max Weber (2001). Dado o crescente conhecimento quer científico, quer técnico, que faz uso do grande potencial tecnológico que a contemporaneidade manifesta aos mais diversos níveis das sociedades, a imprevisibilidade assume-se como um fato social incontornável.

No enlace do processo de modernização, as sociedades industriais apresentam substanciais indícios de obsolescência, dada a emergência de uma crescente consciencialização do risco. A existência de uma descontinuidade surge-nos na forma da *sociedade de risco*, tal como Ulrich Beck (2000, p. 5) advoga: “designa uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais, políticos, económicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar às instituições de monitorização e protecção da sociedade industrial”.

Esta descontinuidade, resultante de um auto questionamento permanente da sociedade sobre si mesma, levando a uma permanente autocritica, que tem sobretudo repercussões ao nível do percepcionamento do risco. As “velhas” instituições sociais veem-se a braços com riscos, que foram produzidos na fase predominantemente industrial da modernização, não conseguindo desta forma dar uma resposta cabal aos novos riscos. Neste sentido, estamos perante um cenário que é potencialmente “apocalíptico”, não só no plano ambiental, mas também no da industrialização da guerra, para além da potencial exclusão de largas massas da população, do domínio político e muito particularmente da participação cívica e comunitária.

Este último aspeto fica especialmente exacerbado quando uma das principais marcas da modernização reflexiva é precisamente a *individualização*, que a partir de cada ator cria nesses a necessidade e a possibilidade de construção de uma trajetória biográfica individual, desmantelando, desta forma, as antigas estruturas industriais

que concorriam numa padronização da ação individual. Por outras palavras, estamos a aludir a uma crescente margem de possibilidade de cada ator social para recriar o seu próprio percurso, entrando em decadência as formas de participação cívica de carácter colectivo. Ora, no que se refere à participação cívica e política, e de acordo com Maria João Simões (2005, p. 40), a “abordagem marshalliana” constitui-se como a mais consistente, partindo da tríade da cidadania civil, política e social. A autora sublinha que esta perspectiva baseia-se numa sequenciação social, dado que a ela está acoplada a formação de novas instituições sociais, que desempenharam (e desempenham), em dado momento da história, um papel nevrálgico na construção das democracias ocidentais.

Nesta senda, não podemos excluir da discussão a importância que a expansão e a maturação do Estado-providência tiveram na efetiva implementação dos direitos de cidadania, no contexto das democracias europeias. Dessa forma, o desenvolvimento das sociedades industriais fica indubitavelmente associado a um progressivo alargamento dos direitos de cidadania. Nessa linha, tal como Castells e Himanen (2007, p. 111) detectam na sociedade finlandesa,

ao nível da justiça social, a tendência global dominante é que a sociedade em rede se ligue às pessoas mais valiosas para ela (acrescendo o seu valor), e se desligue das que não constituem valor (diminuindo ainda mais a sua capacidade para o adquirir) [concluindo] o resultado é uma crescente injustiça social.

Dados os fatos, temos necessariamente que sublinhar que, se a cidadania e o seu necessário exercício, por um lado, têm uma componente que lhes é atribuído, por outro lado, esse é conquistado. Estamos, com efeito, perante um duplo processo: se na fase da modernidade industrial, o estado, na sua vertente social, assegurou a um alargado conjunto da população alguns direitos de cidadania e de participação cívica e política, a verdade é que, no contexto da modernidade reflexiva, assiste-se à diminuição da sua capacidade de empreender medidas concretas. Urge, dessa forma, a recriação e a reconfiguração de novas formas de participação cívica e política. A (re) conquista de novas formas de cidadania pode ser abordada sob a forma do conflito social; porém, essa tipologia de mobilização cívica, isto é, de carácter coletivo, confronta-se com importantes tendências de *individualização*, tal como já anteriormente aludimos – fenómeno que é, aliás, bem idiossincrático da contemporaneidade reflexiva. Mais recentemente, Ulrich Beck (2006, p. 312) concretiza com

grande precisão o cerne da crise do Estado no contexto das democracias ocidentais, ao enfatizar que:

internamente, el Estado social, cuanto más éxito tuvo más claramente chocó con la resistencia de los inversionistas privados, que contrarrestaron los crecientes costes salariales directos e indirectos con reducciones en la inversión, o bien mediante través racionalizaciones del trabajo que reducían drásticamente las fuerzas del trabajo.

A participação e o profícuo exercício da cidadania assumem-se assim como desígnios para o Estado-providência. Deste modo, podemos falar de uma espécie de hierarquia, em que a sucessão da supressão das necessidades desembocaria, em última instância, numa potencial predisposição para o exercício da cidadania e da participação. No caso particular de Portugal, teremos necessariamente de aludir à tardia e incipiente aplicação dessa forma de organização do Estado com todo um vasto rol de consequências.

Dadas as circunstâncias, a emergência e a construção de um espaço no qual os cidadãos se façam ouvir, isto é, em que exerçam uma determinada influência, passa pela consumação e efetivação da esfera pública, bem na linha da concepção habermasiana (Habermas, 1984). Esse espaço constituir-se-ia como um elemento fundamental na construção da opinião pública. De acordo com Filipe Carreira da Silva (2002), a elaboração do conceito de espaço público original de Jürgen Habermas, teve já algumas mudanças ao longo do seu percurso intelectual e teórico. Assim, Habermas vê na racionalidade comunicativa do ator social o privilegiado mecanismo para esse confrontar a sua opinião sobre um dado assunto, e dessa forma chegar a um consenso, originando assim um espaço de debate e de formação da opinião pública.

A esfera pública constitui-se como um importante espaço de discussão, debate e confrontação de ideias entre os diferentes atores sociais. Ora, todo esse processo tem um importante componente relacional. Relacional no sentido de colocar diferentes atores em contato direto, com as suas mais diversas idiossincrasias, quer cognitivas, quer culturais. Dessa forma, Maria João Simões (2005), recorrendo ao contributo de um conjunto de autores como Huntington e Nelson, Verba e Nie, Barnes e Kaase, e Milbrath, sintetiza o conceito de participação (política) como sendo um compósito em que entram sempre na equação: (i) indivíduos; (ii) caráter voluntário; (iii) constituição como uma atividade; e, finalmente, (iv) essa atividade deve tentar influenciar o poder (ex. governo).

Essas condições formam-se como sustentáculos basilares de um processo de participação e de cidadania, reportando-se essencialmente ao modelo clássico de participação, isto é, interações *face-to-face*. Trata-se de um modelo clássico que, em contexto da modernidade reflexiva, tem sofrido a “concorrência” de novos mecanismos, que potencialmente operam de forma a proporcionar novas e renovadas oportunidades de participação e efetivação da cidadania em espaço público. Com efeito, interroguemo-nos acerca do efetivo potencial de promoção da cidadania proporcionado pelas novas tecnologias. Sabendo que Portugal é historicamente um país com baixos níveis de participação cívica, tal como constatou Loek Halman (2003, p. 289), mesmo tendo como referência o amplo espectro europeu, em que medida as novas tecnologias promovem a participação no espaço público (virtual)? Essas conseguem colmatar e ultrapassar as assimetrias que já vêm dos processos ditos tradicionais? Em que medida existe o risco de vastas categorias sociais se verem na iminência de serem afastadas desses novos centros informacionais e potencialmente decisórios?

Das velhas assimetrias às novas tecnologias: a redefinição do espaço público?

A cidadania e participação cívica enquanto compósito procedimental requerem para a sua efetiva realização um ainda vasto conjunto de trâmites, que exigem do ator social o domínio de determinadas ferramentas. Tal como já na seção anterior aludimos, uma das ferramentas fundamentais para um profícuo desempenho da cidadania é precisamente o importante aspeto do domínio da área temática em que se está a intervir no espaço público, de forma a confrontar os outros atores e, em última instância, os representantes do poder, com a perspectiva do próprio ator. Desse fato decorre uma importante filtragem dos atores sociais, que podem efetivamente ter um papel ativo na discussão dos mais diversos temas. Acrescente-se nessa linha que há também assimetrias consideráveis no próprio acesso à informação, não sendo alheio esse fato ao que o próprio Manuel Castells identifica como a emergência de uma nova fase no processo de modernização das sociedades contemporâneas, sendo mesmo levado a constatar que:

*Esta nova estrutura social está associada à emergência de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX. [Acrescentando ainda que] a perspectiva teórica que fundamenta esta abordagem postula que as sociedades se organizam em torno de processos humanos estruturados por relações de **produção, experiência e poder** historicamente determinadas (Castells, 2005, p. 17, destaques do original).*

O autor espanhol desta forma imprime uma tonalidade ao seu “empreendimento” teórico, em que ensaia uma síntese entre os fluxos de informacionalismo e a sua permanente centralidade, bem como o poder das estruturas sociais, que estabelecem um permanente diálogo com a crescente reflexividade dos atores sociais na contemporaneidade.

Quando falamos, no âmbito da presente análise, da capacidade crescentemente reflexiva dos atores sociais, estamos de certa forma a aludir, tal como acima explanámos, a uma crescente capacidade de redefinição das práticas sociais. O importante aqui é essencialmente sublinhar o quanto a “experiência”, tal como a define Castells (2005, p. 17), “é a ação dos sujeitos sobre si próprios, determinada pela interação entre as suas identidades biológicas e culturais em relação com o seu ambiente social e natural”, dando em última instância guarida ao conceito de reflexividade. Essa vertente da atividade humana inscreve-se naquele espectro que redefine o papel que o ator tem nas sociedades contemporâneas, muito particularmente no que diz respeito ao espaço público. Reciclando a perspectiva de Marshall, sobre a participação cívica e política, podemos associá-la à evolução dos direitos de cidadania, que, ao contrário dos anteriores, requerem uma postura ativa e reflexiva por parte dos atores, tendo para a sua plena assunção uma conduta de diálogo, baseado, é claro, numa certa ação racional e comunicativa desse último.

Este postulado vem ao encontro da constatação de Filipe Carreira da Silva, que numa tentativa de ensaiar a definição distintiva entre esfera pública e espaço público, alega que:

[...] “esfera pública” para designar a concepção habermasiana, em que o ideal normativo de uma discussão racional, dialógica e face-a-face é a substância teórica, e do conceito de “espaço público” para designar uma realidade sociológica em que os meios de comunicação social se assumem enquanto elemento estruturante

e constitutivo (a este respeito veja-se a proposta de Dominique Wolton (1995, p. 167): “...o espaço público contemporâneo pode ser designado por “espaço público mediatizado”, no sentido em que é funcional e normativamente indissociável do papel dos média” (Silva, 2001, p. 135-136).

Tal como o autor, também nós queremos enfatizar o papel que os meios de comunicação social têm no desenvolvimento e na readaptação deste espaço público aos novos desafios e às próprias necessidades que os atores sociais lhes apresentam, com vista a potencializar a participação cívica. Essa função assume especiais contornos de relevância quando consideramos os jornais regionais/locais. Esses, potencialmente, poder-se-ão constituir como privilegiadas plataformas de mediação e visibilidade dos cidadãos nos espaços públicos locais e regionais, nomeadamente face ao poder autárquico. Com a distinção conceptual, entre “espaço” e “esfera” pública, o autor pretende sublinhar tanto a componente estrutural, isto é, de regras e normas que presidem ao funcionamento do espaço público, bem como o componente relacional – por outras palavras a capacidade que cada ator social tem para definir a sua própria ação usando os recursos quer materiais, quer simbólicos, que são distribuídos pela estrutura de poder.

O espaço público é assim transversalmente atravessado por dinâmicas, por vezes estruturais, mas também por fortes impulsos reflexivos oriundos dos diversos atores sociais. Tal como alega Anthony Giddens, para a sociedade, também o espaço público resulta das “[...] relações substantivas que frequentemente existem entre poder, conflito e interesses” (2000, p. 92). Ainda assim, o espaço público não é apenas uma estrutura sujeita à ação direta da atividade humana. De modo indireto, o homem, com a sua produção tecnológica, tem vindo, sobretudo no período de vigência da modernidade reflexiva, a colonizar crescentemente a natureza e o ambiente natural.

Não são raros os contributos de teóricos da contemporaneidade que sublinham a crescente preponderância que a tecnologia e os artefatos que lhe dão suporte têm atingido. Anthony Giddens (2005) fala-nos de um mundo crescentemente tomado pela tecnologia e o seu potencial destruidor. Nesta linha de pensamento, também Ulrich Beck (2006) interpreta a presente realidade como um “imenso oceano” de riscos percepcionáveis pelos diversos atores sociais, entre eles os ambientais, mas também as desigualdades de acesso à cidadania e participação cívica. A alusão ao domínio da natureza, por parte do Homem, apresenta-se para Manuel Castells

(2005, p. 17) como uma prioridade, dado que também esse concebe a transformação da natureza, por parte do Homem, em seu benefício.

A crescente tecnicização dos mais diversos procedimentos requer do ator social uma permanente adaptação e aquisição de novos conhecimentos, de forma a permitir a este um domínio crescente dos mais recentes artefatos tecnológicos. Desse modo, o uso de tecnologias e de “ferramentas” requer, ao nível procedimental, um dado tipo de conhecimento, no fundo de uma técnica, acrescentando desta forma eficiência ao procedimento. Burns e Flam advogam que

a técnica é um tipo de “tecnologia social” que pode, mas não necessita de, envolver conhecimento científico quer se trate de metalurgia, de fazer amor ou de uma ação política. A técnica refere-se a um conjunto de regras que regula a execução de certas atividades de um modo efetivo ou apropriado dentro de uma esfera ou complexo definido, ou seja, relaciona-se com a ação e não com a tecnologia per se (2000, p. 290, destaques do original).

As tecnologias são, desse modo, entendidas como meios de ação social que proporcionam ao ator a sua atividade social cotidiana, que também inclui, é claro, a participação cívica e cidadã no espaço público. Quando uma determinada tecnologia é concebida, o conhecimento que esta materializa pertence a um conjunto de atores que domina a técnica da sua maneabilidade. Neste sentido, a tecnologia não é neutra. Existe desta forma espaço para a criação de uma espécie de “cascata” de novas desigualdades de acesso a novas práticas, no caso em apreço, a novas oportunidades de participação no espaço público.

Com efeito, estamos em linha de concordância com Maria João Simões (2005, p. 16-17), quando discute os paradigmas da teoria social que problematizam as tecnologias e a ação social, refutando aquele que a autora designa como determinismo tecnológico, que via as novas tecnologias como um ponto de inversão nas desigualdades de acesso à participação coletiva. Posta a questão de outra forma, a tecnologia deve ser perspectivada em pé de igualdade com os valores e normas, ou mais genericamente, com a cultura.

Dessa forma, a perspetiva por nós postulada, no âmbito da presente análise, passa fundamentalmente por considerar a hipótese de que as novas tecnologias podem constituir-se como uma linha de continuidade, relativamente ao que diz respeito à participação cívica. Por outras palavras, a participação em novas plataformas, como os

sites dos oito jornais objeto de análise, reflete uma forte tendência de continuidade, isto é, um baixo grau de participação dos cidadãos nos seus jornais regionais/locais.

Análise das oportunidades de participação disponibilizadas aos cidadãos nos sites noticiosos: os procedimentos metodológicos

Nos últimos anos, tem-se desenvolvido um conjunto de estudos que procuram investigar que mecanismos são disponibilizados pelos meios de comunicação para a participação dos cidadãos. Neste contexto, grande parte dessas pesquisas sugere que a emergência e o desenvolvimento das tecnologias da comunicação contribuíram para uma mudança fundamental na relação do público com os meios, ou seja, a passagem de uma fase de recepção meramente passiva para uma nova fase de atividade permanente das audiências. John Pavlik, por exemplo, classifica a Internet como um “media ativo”, em contraste com a passividade dos *media* tradicionais (Pavlik, 2001, p. 20).

Se é verdade que a voz do público representa uma verdadeira mudança de paradigma, não podemos esquecer que entre os meios tradicionais, particularmente o rádio desempenhou um papel de extrema importância na procura de mais interatividade com os cidadãos, nomeadamente superando aquelas que eram as incipientes possibilidades disponibilizadas pela imprensa. Como Gillmor faz questão de salientar, “o moderno debate radiofónico tinha uma outra característica fundamental: a participação dos ouvintes” (Gillmor, 2005, p. 29). Depois do rádio, também a televisão adotou modelos semelhantes ao incorporar as vozes dos cidadãos nos programas. No entanto, nenhum desses meios, consegue atingir o potencial dos novos *media* e em especial da Internet. Assim, é também neste contexto que os meios tradicionais migram para a Internet e desenvolvem aí mecanismos de participação para os cidadãos.

Contudo, muitos dos trabalhos desenvolvidos neste campo de estudos, criticaram a associação direta que alguns investigadores estabelecem entre as poten-

cialidades oferecidas pela Internet e o incremento das oportunidades de participação. O que esses trabalhos procuram salientar é que a mera existência de tecnologias e de dispositivos mais abertos à participação, nos diferentes espaços da *web*, não é garantia de que esses se constituam como espaços de debate *online*. Às ferramentas é necessário adicionar um público que as saiba utilizar, que entenda o seu potencial e que esteja disposto a utilizá-las para fomentar o exercício cívico.

Metodologia de análise

A proposta do presente trabalho, no que diz respeito ao enquadramento empírico da investigação, foi a de desenvolver um estudo comparativo das oportunidades de participação disponibilizadas por um conjunto de sites de jornais regionais: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”³.

A análise de objetos empíricos necessita de procedimentos metodológicos específicos, e por isso adotou-se a técnica da observação não participante⁴, procurando captar as relações que se podem estabelecer, numa perspetiva de descrição dos fenómenos.

Para procedermos a esta análise, recorremos a estudos anteriores, nomeadamente o estudo de Tanjev Schultz, em que é analisado o potencial de interação de 100 jornais *online* norte-americanos. Nesse trabalho, o autor elaborou uma lista de mecanismos de interação e atribuiu, a cada, um valor de acordo com o que considerou ser o potencial de estabelecimento de uma comunicação interativa (Tabela 1).

Depois de Schultz, outros autores adaptaram os critérios elaborados por esse, na tentativa de atualizar a sua lista de mecanismos (Pereira, 2005; Zamith, 2008). João Pedro Pereira atualiza a tabela de acordo com as mudanças que o ecossistema mediático tinha sofrido (Tabela 2). Mais tarde, é Fernando Zamith quem recupera os trabalhos anteriores e desenvolve uma pesquisa em que procura avaliar o aproveitamento que os ciberjornais regionais portugueses fazem das potencialidades da Internet (Tabela 3).

Tabela 1. “Index of Feedback Options” - usado por Schultz

Table 1. Index of Feedback Options used by Schultz.

Index of Feedback Options	
General e-mail address(es) to contact	1 pt
List of at least some editors/writers e-mail (limited)	1 pt
List of editors/writers e-mail addresses (general pattern)	2 pt
E-mail links to at least some articles' authors (limited)	1 pt
E-mail links to articles' authors (general pattern)	2 pt
E-mail links to politicians /officials	1 pt
Discussion forum(s)	2 pt
Discussion forum(s) obviously hosted/journalists participate	3 pt
Quick poll/user survey	1 pt
Sophisticated' poll/survey	3 pt
Letters to the editor displayed online	3 pt
MAXIMUM	15 pt
MINIMUM	0 pt

Fonte: Schultz (1999, s.p.).

³ A escolha desses jornais resulta também do trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses”, um projecto do Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line (LABCOM) da Universidade da Beira Interior (UBI) e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

⁴ Para a análise de alguns espaços foi necessária observação participante, de forma a comprovar o funcionamento das plataformas.

Tabela 2. Elementos de análise do grau de interação de sites noticiosos (atualização da tabela de Shultz).

Table 2. Elements of analysis of the degree of interaction of news sites (table update Shultz).

Elementos de análise do grau de interação de sites noticiosos	
E-mail/formulário de contato genérico	1 pt
E-mail/formulário de contato de um número restrito de jornalistas	2 pt
E-mail/formulário de contato de cada jornalista	3 pt
Fóruns de discussão	2 pt
Fóruns de discussão mediados por jornalistas	3 pt
Comentários aos artigos	2 pt
Comentários aos artigos mediados/editados por jornalistas	3 pt
Inquérito simples	1 pt
Inquérito associado a outros elementos	3 pt
Outros mecanismos	3 pt
Bônus por cada elemento no primeiro ecrã	1 pt
Bônus por cada elemento com destaque gráfico	1 pt
Penalização por registo gratuito	-1 pt
Penalização por registo pago	-3 pt

Fonte: Pereira (2005, p. 23).

Tabela 3. Medição de aproveitamento das potencialidades da Internet, área da interatividade.

Table 3. Measurement of the potential use of the Internet, that portion of interactivity.

Interatividade	25
E-mail/formulário de contato genérico	1
E-mail/formulário de contato de alguns jornalistas	1
E-mail/formulário de contacto de todos os jornalistas	2
E-mail de alguns autores dos artigos	1
E-mail de todos os autores dos artigos	2
E-mail de fontes originais	1
Fórum de discussão sem participação de jornalistas	2
Fórum de discussão com participação de jornalistas	3
Sala de comunicação instantânea (chat) sem participação de jornalistas	1
Sala de comunicação instantânea (chat) com participação de jornalistas	3
Inquérito isolado	1
Inquérito associado a outro elemento	3
Publicação online de cartas ao diretor	1
Publicação de outros conteúdos dos visitantes	1
Publicação retardada de comentários aos artigos	1
Publicação instantânea de comentários aos artigos	2
Votação nos artigos	1
Votação nos artigos com reflexo na sua visibilidade	2
Blog ou wiki aberto à participação dos visitantes	2
Conteúdo jornalístico multimédia interactivo	2

Fonte: Zamith (2008, p. 168).

Com base nos trabalhos já referidos, procuramos criar uma tabela para analisar os sites dos jornais regionais no que diz respeito aos mecanismos disponibilizados para a participação dos cidadãos.

Tabela para a medição das oportunidades de participação

Tendo em conta os nossos objetivos, elaboramos uma tabela que permitisse, à semelhança do que foi feito pelos autores já mencionados, saber se os sites dos jornais aproveitam as potencialidades da Internet disponibilizando os mecanismos de participação. Neste sentido, tal como os estudos anteriores, utilizamos um sistema de pontos, tentando, sempre que possível, manter os valores já utilizados nos trabalhos empíricos anteriores (Tabelas 1, 2 e 3).

Assim, o quadro de análise elaborado compreende oito tipos de dispositivos que potencialmente podem permitir a participação por parte dos cidadãos (Schultz, 1999; Pereira, 2005; Zamith, 2008):

(i) E-mail/formulário de contato: os sites podem apresentar apenas um contato genérico da redação ou do jornal, ou unicamente do seu diretor. Por outro lado, podem ser apresentados contatos de todos os jornalistas ou de apenas uma parte desses. Para além dos profissionais do jornal, avaliamos também se os colaboradores ou outros autores de textos têm um contato à disposição.

(ii) Fóruns de discussão: são por excelência os espaços nos quais os leitores podem discutir diversos temas sugeridos pelos jornais. Esses fóruns podem ou não ser mediados por jornalistas ou outros responsáveis, sendo esse um aspeto particularmente importante para assegurar o bom funcionamento do espaço, nomeadamente o tema da discussão e, eventualmente, evitar insultos. Assim, aos fóruns mediados é atribuída uma pontuação mais elevada, uma vez que à partida esta pressupõe a existência de maior diálogo e troca de ideias.

(iii) Comentários aos artigos: os comentários são das primeiras ferramentas colocadas aos dispor dos leitores. É a forma mais fácil de os cidadãos poderem expressar a sua opinião, ainda que essa deva estar ligada

ao tema do artigo. À semelhança dos fóruns, os comentários podem ser moderados, implicando uma triagem e a publicação posterior deles, ou podem resultar numa publicação instantânea.

(iv) Votação nos artigos: está diretamente ligada à expressão da opinião dos leitores em relação aos comentários, e o resultado dessa votação acaba por estabelecer certa reflexividade, um momento dialógico, uma vez que a votação pressupõe a leitura dos comentários, gerando um processo de análise dos argumentos apresentados pelos restantes comentadores. A votação pode ainda ter reflexo direto na visibilidade do comentário, ou seja, os comentários mais votados pelos restantes comentadores ganham ou perdem importância no espaço dos comentários.

(v) Inquérito: normalmente trata-se de pequenas votações/sondagens procurando recolher a opinião dos visitantes do *site*. “Embora tenham a vantagem de permitir uma rápida visualização do que são as opiniões dos visitantes do site (ou, pelo menos, de uma parte deles), é o dispositivo que requer a ação menos elaborada por parte do utilizador: basta a seleção de uma das opções apresentadas” (Pereira, 2005, p. 22). Os inquéritos podem ser apenas uma pergunta com hipóteses de resposta, a sua versão mais simples, ou associados diretamente a outros elementos do *site*, como por exemplo um artigo, um conteúdo multimédia ou um fórum.

(vi) Publicação *online* de cartas ao diretor: avalia-se a publicação de cartas dirigidas aos diretores nos *sites* dos jornais.

(vii) Publicação de outros conteúdos dos visitantes: à semelhança do que acontece com as cartas para o diretor, mas tendo também em conta a aproximação entre os jornais e os seus públicos, procurámos avaliar a existência de outros conteúdos, como informações, fotografias ou vídeos dos cidadãos que sejam publicados e identificados enquanto tal pelos *sites*.

(viii) Outros mecanismos: esta categoria agrupa outros dispositivos que permitem dar voz aos cidadãos, ainda que essa participação nem sempre seja no próprio *site* do jornal. Avaliamos, assim, a ligação para outras plataformas *online* que permitam dar voz aos cidadãos, como é o caso das redes sociais.

Seguindo o trabalho de João Pereira (2005), optamos também por introduzir na análise variáveis de bonificação para cada uma das categorias anteriores. Assim, se os aspetos anteriormente listados surgirem na primeira tela, ou seja, captarem a atenção do visitante

sem necessidade de mais navegação, significa que são privilegiadas pelos *sites* e nesse sentido são bonificadas. Da mesma forma, se estiverem destacadas graficamente na página, são igualmente enfatizadas e por isso também recebem um bônus na avaliação.

Por outro lado, também existe um fator de penalização, associado à obrigatoriedade de registo nos *sites*, ou em alguns dos mecanismos de participação. O número de pontos aumenta se o registo implicar pagamento. Se por um lado a necessidade de um registo pode ser apontada por alguns como forma de responsabilizar o autor dos comentários, uma vez que são solicitados dados pessoais e contatos, por outro lado considera-se que este pode ser um obstáculo à participação e dificultar o processo de discussão.

A Tabela 4 reúne todos os aspetos indicados, bem como as referidas pontuações, sendo que a pontuação máxima é de 25 pontos e a mínima, de zero ponto. A aplicação da tabela e das suas categorias foi feita entre 11 de abril e 10 de maio de 2011, por meio de uma dupla

observação dos *sites* dos jornais que constituem a amostra. Uma primeira observação deu-se no dia 12 de abril, e apesar de os aspetos analisados serem fixos e regulares, não sofrendo mudanças periodicamente, decidimos, num segundo momento, a 9 de maio, verificá-los, assegurando desta forma que desde a primeira observação determinados mecanismos não tinham sido suspensos ou desativados.

Oportunidades de participação nos sites dos jornais regionais

Os oito *sites* regionais analisados, à semelhança do que se passa com as suas edições em papel, resultam de realidades muito diferentes, não sendo por isso de estranhar

Tabela 4. Avaliação das oportunidades de participação disponibilizadas aos cidadãos nos sites noticiosos.

Table 4. Assessment of opportunities for participation available to citizens in news sites.

Avaliação das oportunidades de participação	
E-mail/formulário de contato genérico	1 pt
E-mail/formulário de contato do diretor	1 pt
E-mail/formulário de contato de um número restrito de jornalistas	2 pt
E-mail/formulário de contato de todos os jornalistas	3 pt
E-mail de alguns autores dos artigos	1 pt
E-mail de todos os autores dos artigos	2 pt
Fóruns de discussão não mediados	2 pt
Fóruns de discussão mediados	3 pt
Comentários aos artigos não mediados	2 pt
Comentários aos artigos mediados	3 pt
Votação nos artigos	1 pt
Votação nos artigos com reflexo na sua visibilidade	2 pt
Inquérito simples	1 pt
Inquérito associado a outros elementos	3 pt
Publicação online de cartas ao diretor	1 pt
Publicação de outros conteúdos dos visitantes	1 pt
Outros mecanismos	3 pt
Bônus por cada elemento no primeiro ecrã	1 pt
Bônus por cada elemento com destaque gráfico	1 pt
Penalização por registo gratuito	- 1 pt
Penalização por registo pago	- 3 pt

Fonte: Elaboração própria. Adaptação de Schultz (1999), Zamith (2008) e Pereira (2005).

que o caráter de utilização dos espaços de participação *online*, pelos atores da sociedade civil, seja muito distinto entre as diferentes publicações.

Tendo como referência as dimensões analíticas que constam na tabela criada para avaliar as oportunidades de participação, diríamos que se destacam os

Tabela 5. Avaliação das oportunidades de participação disponibilizadas aos cidadãos nos sites dos jornais regionais.

Table 5. Assessment of opportunities for participation available to citizens in regional newspapers sites.

Oportunidades de participação	Região de Leiria		O Ribatejo		Diário as Beiras		Grande Porto		Jornal do Centro		O Algarve		Jornal do Fundão		Jornal da Bairrada	
	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B	P	B
E-mail/formulário de contato genérico	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
E-mail/formulário de contato do diretor	1				1				1		1		1		1	
E-mail/formulário de contato de um nº restrito de jornalistas																
E-mail/formulário de contato de todos os jornalistas							3		3				3	1	3	
E-mail de alguns autores dos artigos	1															
E-mail de todos os autores dos artigos							2									
Fóruns de discussão não mediados	2															
Fóruns de discussão mediados																
Comentários aos artigos não mediados	2	2	2	1	2				2						2	1
Comentários aos artigos mediados											3		3	1		
Votação nos artigos																
Votação nos artigos com reflexo na sua visibilidade	2		2		2				2				2		2	
Inquérito simples	1	2			1	1			1	1	1	1	1	1	1	1
Inquérito associado a outros elementos																
Publicação online de cartas ao diretor																
Publicação de outros conteúdos dos visitantes					1				1	1	1	1				
Outros mecanismos	3	1	3	1	3				3		3		3	1	3	1
Penalização por registo gratuito								-1								
Penalização por registo pago																
Sub-totais	13	6	8	3	11	2	6	0	14	3	10	3	14	5	13	4
Total	19		11		13		6		17		13		19		17	

Notas: P = Pontuação; B = Bônus.

sites dos jornais “Região de Leiria” e “Jornal do Fundão” como aqueles que conseguiram a pontuação mais elevada na nossa análise (19 pontos). No entanto, podemos verificar que, de um modo geral, todas as páginas das publicações analisadas, com exceção do Jornal “Grande Porto”, procuram disponibilizar o máximo de mecanismos para que os cidadãos possam participar e estabelecer um processo de debate no ambiente digital (Tabela 5). A página do jornal “Grande Porto” é efetivamente aquela que apresenta a pontuação mais baixa, o que significa que não dispõe de grande parte dos mecanismos avaliados.

Numa análise mais pormenorizada de cada um dos mecanismos analisados, percebemos que todas as páginas dos jornais disponibilizam um e-mail de contato genérico, que surge normalmente no topo da página. O endereço eletrónico do diretor da publicação também é divulgado por seis dos *websites* analisados. Já no que diz respeito ao contato dos jornalistas, apenas metade dos jornais, “Grande Porto”, “Jornal do Centro”, “Jornal do Fundão” e “Jornal da Bairrada”, colocam ao dispor dos leitores o e-mail dos jornalistas. Já quanto a outros elementos que colaboram com os jornais, como são os casos dos cronistas, apenas na página do Jornal “Grande Porto” se pode encontrar o contato desses.

No que diz respeito aos fóruns, o único jornal que permite ao público debater os temas abordados pelo *site* por meio de um fórum é o Jornal “Região de Leiria”. Devemos no entanto salientar que, a data do último fórum que se encontra na página remonta a 30 de abril de 2010, o que significa que existe uma desatualização desse espaço. Contudo, a nossa análise revelou que possivelmente houve uma mudança de estratégia por parte do jornal, uma vez que esse fórum estava estruturado com base numa pergunta, à qual os leitores deviam responder com a sua opinião. Essa estratégia mantém-se, mas os comentários são agora feitos na rede social Facebook, funcionando a pergunta no site apenas enquanto uma forma de inquérito simples.

Os inquéritos que são um mecanismo muito utilizado pelos jornais, apenas “Grande Porto” e “O Ribatejo”, não apresentam essa ferramenta nas suas páginas. Apesar de efetivamente, e do ponto de vista da análise, se ter categorizado como um inquérito, na realidade o que os jornais têm *online* são pequenas votações/sondagens (pergunta de resposta sim ou não) procurando recolher a opinião dos visitantes do *site*. Estes inquéritos encontram-se sempre

destacados graficamente, chamando a atenção do leitor. Devemos salientar que esses mecanismos representam uma participação muito limitada por parte dos cidadãos.

Por sua vez, o espaço para os comentários aos artigos, um dos principais espaços no qual os leitores podem exprimir a sua opinião e estabelecer um “diálogo” com outros comentadores, está presente em todas as páginas dos jornais na Internet, com exceção, uma vez mais, para o site do “Jornal Grande Porto”. Devemos, no entanto, referir que consoante os jornais, os espaços apresentam diferenças, sobretudo ao nível da mediação dos comentários. O “Jornal do Fundão” sujeita os comentários a um processo de avaliação por parte da redação, e apenas posteriormente os publica. Já no jornal “O Algarve” o comentário fica imediatamente visível, mas existe uma indicação no site para o fato de esse ser alvo de moderação. A existência de moderação é particularmente importante para assegurar o bom funcionamento do espaço e conduzir um debate frutífero. Esse espaço que é enfatizado por alguns jornais, que o colocam juntamente com as últimas notícias (Região de Leiria; O Ribatejo; Jornal da Bairrada).

Diretamente associada aos comentários está a possibilidade de votação neles, tendo essa votação implicações na visibilidade. Essa ferramenta apenas não está disponível nos jornais “Grande Porto” e “O Algarve”.

Outras das áreas analisadas estavam relacionadas com a publicação *online* de cartas ao diretor, o que não acontece em nenhum dos sites. Tendo em conta o espaço disponível nas versões em papel, assim como o volume de cartas que os jornais indicam receber, parece-nos que as páginas dos jornais poderiam ser melhor aproveitadas no sentido de dar voz a mais cidadãos. No entanto, em entrevista com a Diretora do Jornal Região de Leiria⁵, percebemos que os próprios cidadãos não conferem a mesma importância a uma carta que sai no jornal em papel e aquela que é publicada na página da Internet do jornal. Este dado é particularmente interessante, uma vez que revela a importância que o suporte convencional continua a ter para os atores sociais, sobretudo a notoriedade dos seus conteúdos em relação aos das plataformas digitais.

Quanto à publicação de outros conteúdos dos visitantes nas páginas, destacamos o espaço “As suas notícias” da página do jornal “O Algarve”, no qual se procura “dar a visibilidade às notícias que você considera importantes” dizem os responsáveis da plataforma. Já o “Jornal do Centro”

⁵ No âmbito do já referido projeto “Agenda dos Cidadãos”, foram desenvolvidas várias estratégias de recolhas de dados e as entrevistas aos diretores foram uma dessas técnicas. Ainda que as entrevistas não sejam uma metodologia introduzida no contexto deste trabalho, decidimos aproveitar os dados dada a pertinência revelada para o presente trabalho.

disponibiliza um formulário para envio de informações e conteúdos intitulado “Clube do Leitor”. No entanto, ao entrarmos nessa seção, percebemos que os conteúdos recolhidos por meio dessa plataforma são disponibilizados na versão em papel do jornal, cuja visualização é disponibilizada na página. O jornal “Diário As Beiras” tem também disponível um espaço para os leitores deixarem as suas sugestões.

O último aspeto da nossa lista tinha a ver com outros mecanismos disponibilizados nos sites dos jornais e que permitissem, ainda que fora das próprias páginas, a participação dos cidadãos. Uma vez mais, a página do jornal “Grande Porto” é a única a não apresentar essa ligação a outros mecanismos que em todos os jornais existem, sobretudo às redes sociais (Facebook e Twitter).

Para além dos mecanismos analisados, existiam dois fatores de bonificação dos mesmos e um de penalização do processo de participação em geral. Vários mecanismos surgem destacados na primeira tela ou graficamente e, nesse sentido, foram valorizados com um ponto extra. Quanto à penalização, apenas se verifica no caso do jornal “Grande Porto”, que tem associado um mecanismo de registo, ainda que gratuito. No entanto, pensamos que esse fato afasta mais os leitores, para além de o jornal já não disponibilizar praticamente mecanismos para a participação dos cidadãos.

Com base nesta descrição dos resultados, mas também por meio da observação da Tabela 5, percebemos que o e-mail de contato genérico, os comentários aos artigos e os pequenos inquéritos são as principais oportunidades que os cidadãos têm para poderem participar nos sites dos jornais regionais analisados.

No entanto, como referimos anteriormente, a simples existência de mecanismos não garante a participação por parte dos cidadãos. Nesse sentido, o nosso objetivo passava também por explorar qual o caráter da utilização dos espaços de participação *online* por atores da sociedade civil, e especialmente o papel dos comentários às notícias nos sites noticiosos regionais.

Contudo, durante o período da nossa análise, verificamos que o índice de participação dos cidadãos, concretamente por meio de comentários aos artigos dos sites dos jornais, é praticamente inexistente, com exceção para alguns jornais, como o “Jornal do Fundão” e o “Jornal O Ribatejo”, que receberam alguns comentários, ainda que insuficientes para que se fizesse uma análise. Verificamos, no entanto, que as notícias que eram comentadas nas páginas dos jornais recebiam em média cerca de um a três comentários, não se verificando, portanto, o estabelecimento de um debate e troca de pontos de vista entre os comentadores. Esses resultados da observação realizada

apenas vêm confirmar que, para além da existência de mecanismos que permitem a participação, outros elementos contribuem para uma maior ou menor dinâmica dos espaços, nomeadamente as temáticas e a própria ligação dos cidadãos com as plataformas *online*.

Por outro lado, e no seguimento daquilo que foram os resultados de um estudo de opinião realizado junto dos leitores dos jornais analisados, no qual verificamos que, em média, 80% dos leitores inquiridos (num total de 1344) raramente tinham estabelecido qualquer tipo de ligação com o jornal ou os seus jornalistas, ou seja, para além da leitura do jornal em papel os leitores estão afastados da publicação e dos seus diversos mecanismos e espaços de participação (essas questões procuravam saber se os leitores já tinham participado em inquéritos, debates organizados pelo jornal, ou se já tinham tentado contactá-lo).

Assim, a hipótese de que a Internet seria uma plataforma capaz de diversificar e potencializar as possibilidades de uma revitalização da participação cívica e política não é confirmada, pelo menos no que diz respeito aos sites analisados e ao período escolhido. Respondendo às perguntas que elaboramos no início deste trabalho e que guiaram a exposição, diríamos que as versões *online* dos jornais são efetivamente de acesso e de participação mais democráticos relativamente às versões em papel, sobretudo se tivermos em conta que disponibilizam mecanismos que não são possíveis encontrar nas versões em papel, como os comentários aos artigos e a sua publicação instantânea ou a publicação de outros conteúdos nas páginas dos jornais.

Por outro lado, a questão do acesso está diretamente ligada com a segunda questão para a qual se procurou obter resposta, que tem a ver com a promoção da igualdade ao exercício da cidadania por meio dos novos artefatos tecnológicos. Na realidade, e apesar de não se ter procedido a uma análise dos comentários com base em categorias de análise face ao seu reduzido número e dificuldade em estabelecer comparação entre jornais, existem fortes indícios de que não existe essa promoção da igualdade, mas, pelo contrário, um acentuar da desigualdade. Com base nos dados recolhidos em relação aos jornais analisados, sabendo que os seus leitores são maioritariamente de uma faixa etária mais alta e, portanto, mais envelhecida, não nos surpreende esse afastamento das novas tecnologias, e que o suporte papel e os conteúdos aí publicados sejam considerados mais relevantes.

Desse modo, salientamos o fato de estarmos a falar de meios de âmbito regional, caracterizados, em muitos casos, por dificuldades económicas. Esses constrangimentos que normalmente já dificultam a edição semanal

de um jornal em papel tornam ainda mais complicada a atualização permanente de um site, assim como o desenvolvimento de outros mecanismos de apelo à participação.

Finalmente, as redes sociais parecem-nos ganhar cada vez mais importância para a imprensa de âmbito local e regional, não só pela facilidade de criação de uma página e partilha de conteúdos, como também pela visibilidade que a rede social confere às publicações. Dessa forma, acreditamos que uma análise da participação nas redes sociais dos jornais constitui o desafio que se segue numa avaliação das formas para revitalizar o espaço de participação e de exercício de uma cidadania ativa.

Referências

- BECK, U. 2000. A reinvenção da política. In: U. BECK; A. GIDDENS; S. LASH (org.), *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta Editora, p. 1-51.
- BECK, U. 2006. *La Sociedad del Riesgo. Hacia una Nueva Modernidad*. Barcelona, Paidós Surcos, 305 p.
- BURNS, T.; FLAM, H. 2000. *Sistemas de Regras Sociais: teoria e Aplicação*. Oeiras, Celta Editora, 368 p.
- CASTELLS, M. 2005. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I*. 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 716 p.
- CASTELLS, M.; HIMANEN, P. 2007. *A Sociedade da Informação e o Estado-Providência: o modelo finlandês*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 288 p.
- HALMAN, L. 2003. Capital social na Europa contemporânea. In: J. VALA; M. CABRAL; A. RAMOS (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 257-292.
- GIDDENS, A. 2000. *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras, Celta Editora, 106 p.
- GIDDENS, A. 2005. *As Consequências da Modernidade*. 4ª ed., Oeiras, Celta Editora, 126 p.
- GILLMOR, D. 2005. Nós, os Media. Editorial Presença, Lisboa, 212 p.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 398 p.
- PAVLIK, J. V. 2001. *Journalism and New Media*. New York, Columbia University Press, 246 p.
- PEREIRA, J.P.T.R. 2005. A voz do público. Os sites noticiosos enquanto espaços de discussão: um estudo de caso. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/participativo/pdf/voz.pdf>. Acesso em: 05/04/2011.
- SCHULTZ, T. 1999. Interactive Options in Online Journalism: A Content Analysis of 100 U.S. Newspapers. *Journal of Computer-Mediated Communication's (JCMC)*, 5(1). Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol5/issue1/schultz.html>. Acesso em: 05/04/2011.
- SILVA, F.C. 2001. Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia Problemas e Práticas*, 35:117-138.
- SILVA, F.C. 2002. *Espaço público em Habermas*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 185 p.
- SIMÕES, M.J. 2005. *Política e Tecnologia Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Oeiras, Celta Editora, 294 p.
- WEBER, M. 2001. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 228 p.
- ZAMITH, F. 2008. Uma Proposta Metodológica para analisar o Aproveitamento das Potencialidades Ciberjornalísticas da Internet. *Observatorio (OBS*) Journal*, 2(2):165-191.

Submetido: 27/01/2012

Aceito: 06/03/2012